

INSTITUTOS: ÁGEIS PARCEIROS DE C&T

Erney Plessmann Camargo

As políticas públicas para Ciência e Tecnologia, quando existem, são implementadas por universidades, institutos de pesquisa e segmentos do parque industrial público ou privado. Este último segmento, porém, nem sempre se submete à política de Estado para C&T. Portanto, a tarefa cabe aos institutos, que respondem a curto prazo às demandas do setor e às universidades, que as atendem a longo prazo, mas de forma mais abrangente. Neste artigo me restringirei aos institutos da área de saúde, mas tenho certeza que muitas das considerações podem ser estendidas a outras áreas.

Universidades e institutos operam de maneira diferente. Universidades foram criadas segundo modelos definidos a partir do século XI. Os modelos se aperfeiçoaram, mas continuaram perseguindo os mesmos ideais acadêmicos de geração e transmissão do conhecimento sem barreiras e sem compromissos com pressões externas.

Institutos, não. Institutos começaram a ser criados no século XIX, com objetivos específicos, embora distintos entre si. Foram projetados para cumprir papéis definidos dentro de cenários e planos temporais restritos. A diversidade de objetivos caracterizou os institutos desde a origem. A ausência de modelos sempre foi o seu modelo. A criação dos institutos respondeu a pressões sociais ou a antevisões de administradores iluminados. Apesar da diversidade, sua criação sempre objetivou atender a necessidades urgentes da sociedade, preencher lacunas do conhecimento, e a solucionar problemas

definidos e concretos. Em quaisquer dos casos, os objetivos seriam atingidos por meio da pesquisa científica, característica essa inalienável dos objetivos dos institutos.

A criação dos primeiros institutos na área da saúde ilustra bem essa situação. No fim do século XIX, após a descoberta dos patógenos microscópicos, governos de todo o mundo necessitavam conhecer mais sobre os microrganismos causadores de doenças. Para contornarem a intocável autonomia das universidades, criaram institutos. Em consequência, no curto espaço de três anos, entre 1888 e 1891, nasceram os institutos das principais capitais da Europa: o *Instituto Pasteur* em Paris; o *Instituto de Doenças Infecciosas* em Berlim e o *Instituto Lister* de Londres. Seguiu-se a criação de institutos semelhantes em todo o mundo, inclusive no Brasil: *Manguinhos* (1900), e pouco antes (1886) em São Paulo, o *Laboratório Vacinogênico* e o *Bacteriológico*, que deram origem ao *Instituto Butantan*.

A especificidade de objetivos dos institutos fica bem clara na criação de alguns deles no século XX no Brasil. O *Instituto Pasteur* de São Paulo foi criado em 1903 com a ativa participação, inclusive financeira, da sociedade paulista, com a finalidade específica de produzir vacina e soro contra a raiva e cuidar de seu controle. O *Instituto Biológico* de Defesa Agrícola e Animal de São Paulo derivou diretamente dos trabalhos de uma Comissão do Estado, presidida por Artur Neiva, para estudar a broca do café. O *Instituto Serumterápico*, que originaria o *Instituto Butantan*, foi criado em 1899 para produzir soros

contra a peste bubônica, que eram, até então, importados da França.

Desde o início, ficou muito claro que a pesquisa científica era indissociável da missão dos institutos e que deveria dirigir-se aos objetivos dos institutos, com uma proposta definida. Por atenderem, em um dado momento, a uma demanda urgente da sociedade, os institutos se beneficiaram de uma atmosfera que atraía para seus quadros, os melhores cientistas e as melhores cabeças do cenário da pesquisa. Conseqüentemente, em certos momentos de nossa história, a melhor ciência foi produzida nos institutos. Ao longo do tempo, os cenários médico, social e científico em que os institutos foram criados se transformaram e os problemas que os geraram foram sendo resolvidos, em parte pelo sucesso dos próprios institutos. Paradoxalmente, esse mesmo sucesso levou ao esvaziamento da atmosfera de pioneirismo dos institutos, e muitos deles entraram em lenta mas progressiva deterioração. Vários fatores contribuíram de maneira sinérgica para esse processo. Alguns merecem destaque:

- Equacionados ou resolvidos os problemas que motivaram a criação de um dado instituto, os seus aportes financeiros especiais deram lugar à indiferente rotina orçamentária enquanto a carreira científica dos pesquisadores mergulhava no monótono destino do funcionalismo público.
- As melhores cabeças dos institutos foram atraídas para novos projetos ou recrutadas pelas universidades. O esvaziamento intelectual levou quadros menores a assumirem o comando dos institutos, levando à

banalização das gestões e à ascensão de lideranças corporativas sem compromisso com os objetivos institucionais.

- Ao mesmo tempo, a pesquisa inovadora dos institutos foi sendo inexoravelmente absorvida pelas universidades. Por exemplo, a busca por conhecimentos sobre microrganismos patogênicos, que entre 1888-91 gerou a criação dos institutos de Londres, Paris e

Berlim, hoje faz parte da rotina curricular de qualquer universidade do mundo, mesmo das piores. Essa evolução do conhecimento subtraiu dos institutos muito de sua originalidade e alguns acabaram tornando-se meros caudatários da pesquisa universitária.

A resultante dessa conjunção de fatores negativos foi que boa parte dos institutos entrou em franca insolvência: muitos empalideceram e outros se preparam para definharem. Para ser honesto, acho que alguns institutos já poderiam ter desaparecido sem grande perda para o país.

Cabe perguntar se será esse um destino previsível mas inevitável, se a auto-extinção dos institutos seria como uma das profecias de Cassandra?

Não, claro que não. O que é historicamente inexorável, e até muito desejável, é que os problemas que originaram os institutos sejam solucionados. Porém, o corolário desse sucesso não precisa ser a deterioração institucional. Os institutos podem perfeitamente se reposicionar no panorama científico em que estão inseridos até com ganhos consideráveis.



Fachada de um dos prédios do Instituto Butantan, em São Paulo

Arquivo do Instituto

Porém, diferentemente do momento de sua criação, o estabelecimento de metas e novos objetivos pode (e talvez deva) nascer dentro dos institutos e ser produto da reflexão de seu corpo científico e administrativo, em função de uma percepção correta de seu momento e papel históricos. As agências de fomento à pesquisa podem ajudar nesse processo de renovação, não como simples provedoras de recursos a fundo perdido, mas como parceiras na condução das políticas de C&T. Trata-se de reviver, através de programas especiais e direcionados, o espírito pioneiro que levou à criação dos institutos. Trata-se de utilizar o potencial dos institutos na tarefa de incrementar a participação da C&T na agenda do país. Na área de saúde, a renovação dos institutos passa pelo desenvolvimento de novos agentes terapêuticos e biológicos, de métodos diagnósticos adaptados à nossa realidade territorial e social, e de vacinas e soros direcionados a essa mesma realidade. Afinal, os problemas da saúde não desapareceram, apenas foram substituídos por outros. Hoje, equivalentes aos problemas de antes,

são a AIDS, a dengue, as hepatites, as neo-virose, as arborvírose, as virose sinciciais, e as bacterioses emergentes, além de endemias tradicionais ainda não resolvidas como a peripetua malária, as leishmanioses e a leptospirose. Para algumas dessas patogenias ainda faltam métodos de diagnóstico ou recursos terapêuticos ou profiláticos ou todos. Isto sem falar nas patogenias não-infecciosas.

A esses problemas, acrescentem-se os decorrentes do desenvolvimento da genética e da genômica com a natural demanda pela terapia gênica ainda ausente das plataformas de C&T. Falta, também, entrosamento adequado entre as fontes produtoras de insumos e de conhecimento e as agências encarregadas de colocá-los a serviço da nação. A rigor, faltam essas próprias agências.

Esse elenco de problemas é apenas um esboço da problemática geral da pesquisa em saúde do país. O panorama final deverá ser desenhado por ministérios, agências, universidades, institutos e segmentos pertinentes da sociedade em geral. Dessa análise deverá resultar a definição de uma política de C&T para a saúde tendo os institutos como parceiros utilíssimos em sua execução. Nem todos os institutos, porém, estão preparados para participar com sucesso dessa tarefa. Por isso, projetos de renovação e reformulação de institutos talvez devam embasar a própria política de C&T.

*Erney Plessmann Camargo
é diretor do Instituto Butantan*